

DISCURSOS SOBRE ALFABETIZAÇÃO NO BOLETIM *ESCOLA PORTUGUESA* – LISBOA (1934-1943)

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira

UNESP/Marília (Doutoranda em Educação – CAPES)

Eixo temático 6. Intelectuais, pensamento social e educação

Este texto é resultante das atividades de estágio realizadas junto à seção de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa no período de novembro de 2005 a fevereiro de 2006, sob a co-orientação do Professor Doutor Rogério Fernandes.

Por sugestão do Professor co-orientador, foi oportuno analisar o discurso sobre alfabetização veiculado no boletim *Escola Portuguesa*, periódico do Ensino Primário Oficial, cuja série completa consta do acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, com a intenção de verificar como as questões relacionadas à alfabetização foram tratadas em Portugal, no âmbito da imprensa periódica educacional.

As atividades acadêmicas deste estágio centraram-se, numa primeira etapa, em visitas constantes ao acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa para localização, seleção e classificação de artigos que versam sobre alfabetização publicados no boletim *Escola Portuguesa*. Nessa etapa foram consultados cerca de 480 números do periódico e localizados 213 artigos que versam sobre o tema. Numa segunda etapa de investigação realizei leituras e análise dos artigos localizados, assim como da bibliografia especializada em alfabetização, sugerida pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa ao longo da realização do estágio.

1. O boletim *Escola Portuguesa*

Escola Portuguesa, Boletim do Ensino Primário Oficial, foi instituído pelo decreto-lei n. 22.369, de 30 de março de 1933 e publicado em Lisboa, entre outubro de 1934 e outubro de 1974, pela “Direcção-Geral do Ensino Primário”; essa designação muda, em 1973, para “Direcção-Geral do Ensino Básico”.

O periódico foi publicado no formato 24/34 cm, semanalmente até 1958, quando passou à forma mensal. A partir do segundo ano, editou semanalmente, o suplemento “Do Diário do Governo”, destinado a transcrição da legislação referentes às escolas do magistério.

Braga Paixão, então Diretor Geral do Ensino Primário, no momento inaugural, expôs os objetivos da publicação do periódico

Na vida nacional de que o Estado Novo é a expressão jurídica, a Escola é instrumento de consolidação das virtudes herdadas, e de desenvolvimento e valorização de aptidões, posto ao serviço do engrandecimento e da perpetuação da Pátria. Este papel não se desempenha sem que se haja definido, e constantemente se rememore, uma doutrina pedagógica nacional, na qual hão-de conscientemente integrar-se as vontades dos educadores. Tam pouco a Escola preencherá a sua missão sem que se estude e divulgue uma técnica conveniente, a qual deve ser tornada acessível e familiar a todos os obreiros da nova educação. Hão-de desta forma abrasar-se as almas, e adestrar-se e esclarecer-se os esforços, na inspiração e para a realização de uma só vontade – aquela que possa rigorosamente satisfazer ao interesse nacional. Conferências de professores, prelecções com fins culturais, lições e cursos de aperfeiçoamento... a escola *activa* inicia-se desta feita na própria atitude prática dos educadores, estimulados a todo momento à correcção e à melhoria das suas noções ou das aptidões técnicas, animados para a actualização da sua mentalidade. Todo este sistema de renovação, delineado e feito lei pelo decreto n. 22.369, a cuja gradual e cautelosa entrada em execução tem o País vindo a assistir desde Março de 1933, ficaria imperfeito sem a publicação deste *Boletim*. A sua falta acusavam-na já, para a lamentarem, todos quantos foram vendo e compreenderam o alcance e os benefícios dos actos já realizados pelos serviços de orientação, ou promovidos sob os seus auspícios. Sente-se que já não prescinde de um arquivo de tantos testemunhos de um esforço benemérito, em que se associam tantas e tam boas vontades; de um órgão animador, que fique porfiando na vitória dos ideais e da doutrina da *Escola Nacional*, esclarecidos e demonstrados em cada realização; de um porta-voz incessante, clarim entusiástico e ardente que faça vibrar em todos os peitos o cântico de uma vitória que se tem como certa; de um clamor que abafe e anule os prejuízos das vozes de derrota, vestígios de hábitos defeituosos, apostados em atrair à deserção ou ao desânimo os que não são bastante fortes para resistir à sua sedução traiçoeira. Eis como, na hora em que para muitos é já evidente a sua necessidade, aparece *Escola Portuguesa*. Trás consigo novos esforços oferecidos para honrar a Escola, afirmando o intuito de se não poupar sacrifícios para servir a Pátria. (PAIXÃO, 1934, p. 1).

O Diretor geral do Ensino Primário anunciava assim, que a publicação do boletim fazia parte de um sistema de “renovação” educacional, que serviria em primeiro lugar para reforçar a defesa de uma “Escola Nacionalista”.

António Nóvoa (1993) destaca que *Escola Portuguesa* representa uma publicação essencial para o estudo da educação em Portugal, em particular da Escola Primária

e que nos quarenta anos de sua existência, apesar de uma relativa homogeneidade, é possível apontar momentos em que o periódico apresenta características específicas.

Tendo em conta os aspectos formais e os objectivos, podemos dividir a história deste jornal em três fases. A primeira (1934/1957/58), coincide com a periodicidade semanal e com o papel central desempenhado, ao nível da colaboração pelos inspectores-orientadores, por diversos responsáveis do Ministério e por figuras destacada do regime (a nível político-cultural). Caracteriza-se pela existência de uma forte componente ideológica e “propagandística”, sendo perceptível que se visa defender a “escola nacionalista” ao serviço da Revolução Nacional” e assegurar uma formação dos professores em conformidade com o “espírito do Estado Novo”. Entre 1958 e 1974 o periódico é reestruturado, alterando o aspecto formal (impresso a cores), apresenta agora maior número de fotografias e material iconográfico e de novas secções) e assumindo uma natureza mais “científico-pedagógica”, devido ao reforço da colaboração de alunos e professores das escolas do magistério. Embora não perca a componente laudatória do regime e o carácter político-ideológico nacionalista, o boletim aparece mais centrado nos problemas educativos na óptica das ciências da educação, da criança e da família. A partir do número de Junho de 1974, e na seqüência do *25 de Abril*, o suplemento deixa de ser editado e os últimos números do periódico reflectem já algumas das transformações entretanto ocorridas no pensamento político-educativo português. É o momento terminal da *Escola Portuguesa*. (NÓVOA, 1993, p. 400).

A pesquisa que realizei, durante as atividades de estágio, está inserida no âmbito da primeira fase apontada por António Nóvoa. Na referida fase a abordagem sobre alfabetização foi significativa, já que a revista publicou, como já informei, 213 artigos sobre o tema. Dessa totalidade, 162 estão inseridos em um núcleo de natureza essencialmente pedagógica, formando um conjunto significativo de modelos de lições destinados a orientar a prática dos professores primários no ensino inicial da leitura.

2. Abordagem sobre alfabetização na *Escola Portuguesa* (1934-1943)

Para auxiliar na análise proposta classifiquei os 213 artigos localizados em dois grupos. No primeiro grupo se enquadram os textos publicados na seção “Didática”, correspondendo àqueles artigos de planificações detalhadas e globais de modelos de lições, e no segundo grupo os textos relativos à discussão sobre os métodos de ensino inicial da leitura e os problemas envolvidos nesse ensino.

Embora tenha verificado a importância dada, pela *Escola Portuguesa*, ao debate sobre o ensino inicial da leitura na Escola Primária, o que se constata é que o período áureo do discurso sobre alfabetização em Portugal se deu na década de 1950. Sobretudo a partir da “Campanha de 1952”, a *Escola Portuguesa* começou a publicar uma série de artigos sobre o problema do analfabetismo.

Dentre esses autores colaboradores, destaca-se Domingos Evangelista, que escreveu 37,09% dos total de artigos. Em seguida, por ordem de frequência aparece Janeiro Acabado com 20,66%. Carlos Alberto Pinto de Abreu, José Maria da Cunha e José Maria dos Santos, em co-autoria escreveram 15,03% dos artigos. Felismina Oliveira 3,76%, Mário Gonçalves Viana 3,29%, Alcina Morgado de Moura e José Urbano de Mendonça, também 3,29%. José Francisco de Moura 2,34%. Gomes de Oliveira, Gomes dos Santos, João Augusto Ribeiro, Manuel Barreto, Maria José Matoso e Maria Montessori escreveram dois artigos cada um, e os outros colaboradores tiveram publicados um artigo no periódico.

Esses autores colaboradores eram, em sua maioria, professores do Ensino Primário Oficial e Inspetores Escolares. Entre os autores estrangeiros aparecem Maria Montessori e Ana Maria Gasztowtt. Dentre todos esses os autores portugueses, três merecem destaque pela importância que tiveram no cenário educacional português, a saber: António Janeiro Acabado, Domingos Evangelista e Áurea Judite do Amaral.

3. Panorama histórico

O ano de inauguração do boletim *Escola Portuguesa*, 1933, corresponde ao ano em que Salazar assume definitivamente o poder em Portugal, e impõe a Constituição do Estado Corporativo, período que se estendeu até 1974 e ficou conhecido como Estado Novo. No momento anterior, entre 1910 e 1926, conhecido como Primeira República, existia uma Constituição Republicana Democrática que oferecia uma “liberdade intelectual” com abertura às idéias advindas de outros países. Em 1926, ocorre um Golpe Militar e o período é caracterizado pela ausência de uma constituição. Salazar com o Regime Nacionalista se mostra completamente fechado às idéias do estrangeiro.

Com isso, o “movimento inovador” da educação em Portugal, se depara com o “movimento da escola nacionalista”. Para compreender esse momento histórico selecionei

alguns estudos atuais que abordam o tema da Escola Nova no país. Esses estudos foram desenvolvidos por António Nóvoa, António Candeias e Manuel Henrique Figueira.

António Nóvoa¹ a partir dos anos de 1980, vem se dedicando a uma reflexão sobre a Educação Nova portuguesa e a construção de um discurso pedagógico, assim como a recepção da Educação Nova nas instituições de formação de professores. Como resultado dessas investigações Nóvoa tem publicado uma série de textos².

António Candeias³, também após os anos de 1980, se aproxima das questões pertinentes à Educação Nova, porém em uma perspectiva diferente de António Nóvoa, analisa modelos escolares alternativos, movimento operário e o anarquismo⁴.

A partir dos anos de 1990 Manuel Henrique Figueira⁵ dedica-se ao estudo sistemático do “Espólio Álvaro Viana de Lemos”⁶ desse estudo resultaram alguns textos⁷.

Esses estudos vão apontar que nos anos de 1920, uma gama de intelectuais e pedagogos lideraram um processo de “renovação” pedagógica em Portugal. Entre eles destacaram-se António Faria de Vasconcelos, Álvaro Viana de Lemos, Adolfo Lima e António Sérgio.

¹ Vice-reitor da Universidade de Lisboa.

² O livro *Lê temps dès professerus*, publicado em 1987; dois capítulos de livros “António Sérgio” e “Francisco Ferrer” publicados respectivamente em *Profils d’Educateurs* organizado pela UNESCO e *Quinze pédagogues: leur influence aujourd’hui*, em 1994; e uma série de artigos em periódicos “O projecto de reforma Camoesas, 1923”, publicado em 1986, na *Revista da Universidade de Aveiro*; “Álvaro Viana de Lemos: um pedagogo da educação nova”, artigo publicado em 1990 na revista *Arunce*; “Trechos escolhidos de António Sérgio”, em 1991 na revista *Percursos*; “Uma autobiografia inédita de António Sérgio”, em 1990 *Revista crítica de Ciências Sociais*; “Adolfo Lima, 1874-1943” e “Álvaro Viana de Lemos, 1881-1972, biografias publicadas em 1988 pelo *Correio Pedagógico*; entre outros.

³ António Candeias é docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente coordena e ministra aulas no curso de Mestrado em Ciências da Educação da referida Universidade.

⁴ Apresentou a tese doutorado em Ciências da Educação *Educar de outra forma : a Escola Oficina N° 1 de Lisboa, 1905-1930*, em 1992 pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. A tese foi publicada em formato de livro em 1994 pelo Instituto de Inovação Educacional de Lisboa. Em 1995 teve publicado o livro *Sobre a Educação Nova: cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*, pela Educa, Lisboa.

⁵ Manuel Henrique Figueira realizou estudos em nível de Mestrado em Ciências da Educação - História da Educação pela Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, sob a orientação de António Nóvoa.

⁶ Trata-se de um acervo documental contendo correspondências, brochuras, folhetos, revistas, jornais, livros, manuscritos entre outras fontes documentais, preservadas por Carolina de Lemos, filha de Álvaro Viana de Lemos, que cedeu parte do acervo relativo à educação ao “Movimento da Escola Moderna”. (NÓVOA, 1995).

⁷ Manuel Henrique Figueira apresenta em 2001 a dissertação *Um roteiro da Educação Nova em Portugal : escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935)*. O texto foi publicado em formato de livro em 2004 pela editora Livros Horizonte, Lisboa.

Trata-se de reformadores vindos do liberalismo, e frequentemente ligados à maçonaria, pensadores oriundos de um humanismo cristão que recusa o retorno aos dogmas integrais do passado, socialistas humanistas e democráticos, utopias sem grande filiação, e anarquistas, expressa e explicitamente anarquistas; eis as principais correntes de pensamento que se reconhecerão nesta forma de encarar a criança e a educação. (CANDEIAS, 1995, p. 19).

Em 1921 fundou-se em Portugal a Liga Internacional Pró-Educação Nova, que obteve grande impacto no país. “Nesta época, fixa-se em definitivo uma concepção moderna da pedagogia que, apesar de imperfeitamente realizada e, por momentos, severamente criticada, dominará o universo educacional durante o século XX.” (NÓVOA, 2005, p. 83).

Faria de Vasconcelos havia publicado, em 1915, o livro *Une école nouvelle em Belgique*, cujo prefácio foi escrito por Adolphe Ferrière. Devido a sua atuação na Bélgica, na Suíça e na América Latina é um dos pedagogos portugueses mais conhecidos internacionalmente. (NÓVOA, 1995).

Nos esforços de tentativa de “inovação” e de “modernização” da escola portuguesa, esses intelectuais e educadores passaram por múltiplas atividades de formação e troca de conhecimentos com educadores de vários países europeus, sob a luz do ideário da Educação Nova. (FIGUEIRA, 2004).

Depois do Golpe de Estado Militar, em 1926, esses educadores são perseguidos pelo regime nacionalista e católico do governo Salazar (NÓVOA, 1997).

Adolfo Lima e Álvaro Viana de Lemos fazem parte de um grupo de intelectuais e de interventores sociais, que viram a sua memória apagada ao longo do último meio século, através de uma acção sistemática e intencional. [...] a energia tranquila destes homens era incómoda para o Estado Novo. Incómoda eram também as ideias de António Sérgio, António Faria de Vasconcelos, Tomás da Fonseca, Almeida Costa, Aurélio Quintanilha, César Porto, Luís da Câmara Reis, José Carlos de Souza, e de tantos mais [...]. (NÓVOA, 1995, p. 12).

Já na entrada dos anos de 1930

“[...] a Ditadura Militar (a caminho da instauração do regime do Estado Novo), apesar da sua aversão ao internacionalismo pedagógico e ao ideário da Educação Nova, então dominantes na cultura pedagógica europeia, acabou por se render a essa dinâmica. Enviou um segundo grupo de

bolseiros a Genève, ao “santuário” da Educação Nova – o Instituto Jean-Jacques Rousseau -, assim como a outras cidades européias. (FIGUEIRA, 2004, p. 36).

Se num primeiro momento o Estado Novo se posicionou contra a Educação Nova e seus princípios, por conseqüências muitos de seus defensores vão para a prisão ou o exílio (NÓVOA, 1995), em um segundo momento, após a visita à Portugal de Adolphe Ferrière, no mês de novembro de 1930, ocorreu uma mudança de atitude das autoridades, o que possibilitou a abertura de novos caminhos para uma reinterpretação das teorias sobre a Educação Nova.

No prefácio a tradução portuguesa de *A escola activa*, Ferrière faz referência à viagem de estudos e conferência que fez em 1930, quando visitou escolas nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. Descreve que observou nessas escolas, mesmo naquelas em que não se conhecia a Escola Ativa, um espírito voltado para o ideal que estava ligado as suas aspirações.

Uma nova imagem da Educação Nova, passou a ser admitida então, conectada com correntes religiosas e conservadoras, até aí desconhecidas em Portugal, onde todo o movimento tinha assumido uma feição laica e progressista. Deu-se início a uma integração da Educação Nova ao ideário nacionalista, que exigiu cortes e rupturas. Assim, durante os anos de 1930, alguns educadores portugueses inovadores são perseguidos e marginalizados pelo Estado Novo, ocorrendo a edificação de uma pedagogia nacionalista que “[...] mergulha algumas das suas raízes em idéias da Educação Nova.” (NÓVOA, 1995, p. 39).

Nóvoa aponta, ainda, que se no contexto europeu, as Escolas Novas tiveram início nos colégios privados, com base nas características e nas idéias teóricas da Educação Nova, sendo esses colégios considerados instituições-modelo, em que era possível praticar formas alternativas de ensino aprendizagem; contrariamente isso não ocorreu em Portugal, porque a Educação Nova teve mais expressão nas escolas da rede oficial de ensino, do que nas instituições privadas, e mesmo assim “Na verdade, não existem [existiram] em Portugal experiências pedagógicas, institucionalmente consistentes, passíveis de serem pontuadas com a famosa *escala dos 30 pontos*.” (NÓVOA, 1995, p. 35, grifos do autor). Contudo, admite António Nóvoa, especialmente, a partir de 1921 a Educação Nova teve grande impacto em

Portugal e a partir de então “[...] tornou-se impossível pensar a educação sem uma referência, implícita ou explícita, à matriz da escola nova. (NÓVOA; BANDEIRA, 2005, p. 83).

É nesse cenário que os autores escreveram sobre o ensino inicial da leitura na *Escola Portuguesa*, no período delimitado para análise. Esses professores expressam um pensamento pedagógico fortemente censurado pelo Estado. No intuito de sobreviver às exigências do Regime, esses autores se auto-sensuravam, já que sabiam que seriam aprovados ao não pelo Regime.

4. Iniciando uma análise

Por meio de análise preliminar dos artigos foi possível constatar que a *Escola Portuguesa* destinava um espaço significativo ao tema da alfabetização. Esse espaço foi ocupado, em sua maior parte, pelas prescrições destinadas aos professores sobre a maneira de conduzir o ensino da leitura, tendo em vista ensinar e “instruir” ao mesmo tempo os espíritos das crianças portuguesas na fé nacionalista e cristã.

Principalmente de outubro de 1937 a julho de 1940, período em que a *Escola Portuguesa* publicou a seção “Didática”, a orientação destinada a prática docente tinha uma determinada seqüência, tendo em vista apresentar orientações aos professores para todo o ano letivo. Os 162 artigos publicados na seção formam três blocos distintos de modelos, que se caracterizam pela utilização ora do método global, ora do método sintético-analítico, ou ainda do método misto de alfabetização.

Assim, no período de 1937 a 1938 os professores, orientados por Domingos Evangelista, recebiam orientações tendo em vista a utilização do método global, partindo das palavras. O Professor Domingos Evangelista dava mais ênfase no “como” tornar o método global mais simples e eficiente do que com a discussão de sua cientificidade.

De 1938 a 1940 os professores Carlos Alberto Pinto de Abreu, José Maria da Cunha e José Maria dos Santos criticaram o emprego do método global por julgá-lo moroso e inadequado à organização das escolas portuguesas, por serem numerosas e mistas. O método que passam a utilizar para orientar a prática docente, então, foi o sintético-analítico, tendo a frase como ponto de partida. Os autores deram especial importância aos “centros de interesses” e as “lições de coisas”, que para eles constituíam elementos não só para ensinar a leitura, como também para “instruir” o espírito dos alunos.

De 1939 a 1940, o Professor Janeiro Acabado centrou sua orientação didática no emprego do método misto de alfabetização, partindo do ensino das letras do alfabeto. Janeiro Acabado apontou a necessidade de se levar em consideração os estudos da fisiologia da leitura, que segundo ele sinalizava que os leitores hábeis liam como um todo, porém os iniciantes liam reunindo letras em sílabas e estas em palavras.

Se o discurso sobre alfabetização, no período analisado em Portugal, embora significativo não tenha a mesma representatividade alcançada no Brasil, por exemplo, principalmente no que se relacionam a divulgação das experiências da Psicologia aplicada à Educação, e a difusão dos testes ABC, de Lourenço Filho, pode-se constatar que é um período que apresenta, ainda, intenções a revelar.

REFERÊNCIAS

CANDEIAS, António. Ensaio sobre a educação nova. In: CANDEIAS, António; NÓVOA, António; FIGUEIRA, Manuel Henrique. *Sobre a Educação Nova: cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa: Educa, 1995. p. 13-24.

FIGUEIRA, Manuel Henrique. A Educação Nova em Portugal (1882-1935): semelhanças, particularidades e relações com o movimento homônimo internacional (parte II). *História da Educação*, Pelotas, n. 15 v. 8, p. 29-52, abril 2004.

NÓVOA, António. Uma educação que se diz nova. In: CANDEIAS, António; NÓVOA, António; FIGUEIRA, Manuel Henrique. *Sobre a Educação Nova: cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa: Educa, 1995. p. 25-40.

_____. (Dir.). *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993. (Memórias da educação, 1).

_____. Regards nouveaux sur l'éducation nouvelle. In: CHARBONNEL, Nanine (Org.). *Le don de la parole: mélanges offerts à Daniel Hameline pour son soixante-cinquième anniversaire*. Berlin: Frankfurt/M; New York; Paris; Wien: Lang, 1997. p. 71-96.

NÓVOA, António; BANDEIRA, Filomena (Coord.). *A educação portuguesa: corpus documental (séculos XIX-XX)*. Porto: Edições Asa, 2005.

PAIXÃO, Braga. Escola Portuguesa. *Escola Portuguesa*, Lisboa, ano 1, n. 1, p. 1, out. 1934.